

RELAÇÕES SOCIAIS E GÊNERO NA VIDA DE MULHERES COLETORAS DE RECICLÁVEIS NAS COOPERATIVAS DE MARINGÁ: SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Brenda Marjory Lopes Correa¹, Marcelo Picinin Bernuci², Tânia Maria Gomes da Silva³

¹Acadêmica do Curso de Psicologia, Campus Maringá/PR, Universidade Cesumar – UNICESUMAR. Programa Voluntário de Iniciação Científica (PVIC/Unicesumar). brendamlopescorrea@gmail.com

²Coorientador, Doutor em Biologia, Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde, UNICESUMAR. Pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. marcelo.bernuci@unicesumar.edu.br

³Orientadora, Doutora, Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde, UNICESUMAR. Pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. tania.gomes@unicesumar.edu.br

RESUMO

O presente estudo é exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, articulando análises sobre a violência de gênero em suas dimensões subjetivas, históricas, sociais e culturais numa interface com as condições de vida e saúde das mulheres. A violência de gênero é definida como toda forma de agressão ou abuso que vitima a pessoa em função do pertencimento a um dado sexo biológico. As mulheres têm sido vítimas históricas. A cultura patriarcal brasileira legitima e naturaliza as agressões contra as mulheres, notadamente as pretas e pobres. Além dos abusos no espaço doméstico, as mulheres ocupam posições subalternas no mercado de trabalho, onde recebem menores salários e são as primeiras a perderem seus empregos nos momentos de crise. O objetivo desta pesquisa foi perceber as condições de vida e de trabalho de mulheres coletoras de materiais recicláveis em duas cooperativas de Maringá-PR, visando detectar se elas enfrentam situação de violência doméstica ou no trabalho; avaliar se elas entendem que o preconceito de gênero e classe é causador de sofrimento psíquico e, ainda, comparar os relatos das depoentes buscando nos discursos representações comuns da violência. Foram gravadas 17 entrevistas na sede de duas cooperativas maringaenses; posteriormente estes depoimentos foram transcritos na íntegra e interpretados na perspectiva da análise de conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: Bem-estar feminino; Catadoras; Violência.

1 INTRODUÇÃO

A atividade de coletor/a de material reciclável ganha cada vez mais espaço em nossa sociedade. Isto ocorre, especialmente, por que em tempos de modernidade-líquida, o consumismo é um elemento central e as pessoas tendem cada vez mais a adquirir produtos não para a sobrevivência, mas para satisfação da vontade (BAUMAN, 2008). Conseqüentemente, o número de pessoas que ganham suas vidas com a catação de produtos descartados é cada vez maior.

No Brasil, somente em 2002 a atividade de catador/a de material reciclado foi reconhecida profissionalmente, com direito a registro na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) (DIAS; JUNQUEIRA, 2018), porém, esta atividade é desempenhada desde há tempos e a presença desses profissionais nas ruas é evidente muito antes da definição de políticas públicas acerca dos resíduos sólidos no país (BARBOSA; SILVA; SOUZA, 2014). Entretanto, mesmo após o registro na CBO essa atividade laboral é exercida em contextos de informalidade, ou seja, sem que os direitos trabalhistas sejam garantidos (COSTA; CHAVES, 2013).

Segundo a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) - código nº 5192 - os catadores de materiais recicláveis são aqueles trabalhadores que catam, selecionam e vendem materiais recicláveis e reaproveitáveis. O trabalho dos catadores de materiais recicláveis inclui catar, separar, transportar, acondicionar e, às vezes, beneficiar os resíduos sólidos para reutilização ou reciclagem (COELHO *et al.*, 2016).

De acordo com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em 2019, existiam cerca de 800 mil catadores (as) em atividade no Brasil, sendo

cerca de 70% do gênero feminino; mas há estimativas de que o número de pessoas que efetivamente sobrevivem da coleta de materiais recicláveis varia entre 300 mil a 1 milhão (MNCR, 2019). Estes trabalhadores e trabalhadoras estão presentes em mais de 3.800 municípios brasileiros (COSTA; PATO, 2010) e hoje são responsáveis pela coleta de 90% dos recicláveis do país (MNCR, 2019).

As diversas mudanças na economia mundial nas últimas décadas do século XX, causaram impactos sobre as relações de comércio, de produção e de trabalho. No Brasil, a crescente urbanização e expansão da industrialização contribuíram para um ambiente propício à entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho, incluindo mulheres. Assim, é importante ressaltar que qualquer análise das atividades econômicas no Brasil deve levar em conta a progressiva participação feminina; fato que vem ocorrendo desde o final da década de 60, concomitantemente com o declínio das taxas de fecundidade (MINAYO, 2007).

De acordo com o MNCR (2014) algumas mulheres podem não se identificar com a atividade da catação por conta das atividades de trabalho exercidas no lar, ou seja, elas mantêm a identidade de doméstica ou trabalhadora do lar como principal apesar de realizarem coletas de resíduos e, inclusive, tirarem o sustento dessa atividade, já que cerca de 700 mil crianças são sustentadas por meio da renda deste trabalho informal (MNCR, 2014).

Estudos têm evidenciado os impactos do trabalho de coleta de material reciclável sobre a saúde e a qualidade de vida das pessoas que exercem esta atividade (VARELA; SILVA-HEIN, 2017). Embora o conceito de qualidade de vida seja bastante subjetivo (PEREIRA; GODOI; COELHO, 2012), é possível admitir que homens e mulheres coletores de materiais recicláveis, vivem em situação de grande vulnerabilidade e em condições de vida bastante prejudicadas. Estudos ressaltam que saúde e qualidade de vida são elementos intercambiáveis, pois, mulheres que sofrem violência, seja física ou psicológica, tendem a ter pior qualidade de vida e, conseqüentemente, têm aumentada sua vulnerabilidade para o adoecimento (SILVA *et al.*, 2018).

Frente ao exposto, esse estudo buscou analisar as condições de vida e de trabalho de mulheres coletoras de materiais recicláveis de mulheres de duas cooperativas de Maringá, no Paraná.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo exploratório-descritivo: A pesquisa qualitativa tem como propósito realizar a redução, categorização, interpretação e elaboração de um novo relatório com base nos dados obtidos durante a pesquisa (GIL, 2002). Ainda segundo Gil (2002), a pesquisa qualitativa depende de muitos fatores como as ferramentas de pesquisas e as hipóteses teóricas que delimitam a investigação da mesma, além do fato de ter o objetivo de atingir ideais mais significativos e abrangentes em comparação com a análise quantitativa, por exemplo.

Por sua vez, as pesquisas exploratórias “[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p.27).

Os dados analisados foram coletados em duas cooperativas de reciclagem da cidade de Maringá, a Coopernorte e a Cooperpalmeiras, durante pesquisa de campo realizada no ano de 2019, integrando um projeto intitulado “Problematizando as condições de vida e saúde de mulheres coletoras de recicláveis nas Cooperativas de Maringá-PR”. Para realização do mesmo foi realizada entrevista estruturada contendo 22

perguntas de natureza aberta [ANEXO 1], envolvendo todas as cooperadas que se voluntariaram a participar do estudo. Dezesete mulheres acederam ao convite.

As entrevistas foram gravadas com a ajuda de um aparelho celular e depois os dados foram analisados qualitativamente, de modo a obter uma compreensão detalhada do fenômeno, seguindo o modelo de análise de conteúdo proposto por Bardin (2016). As narrativas foram transcritas da maneira como foram expressas, respeitando as hesitações, as repetições e erros da fala, mas, na transcrição, foram retiradas as repetições desnecessárias, a fim de tornar o texto mais adequado à leitura, num processo de transcrição (MEIHY, 1996). O embasamento teórico foram os estudos feministas e de gênero numa interface com a saúde (BANDEIRA, 2014; BARATA, 2009; SAFFIOTI, 2004).

O objetivo desta pesquisa foi perceber as condições de vida e de trabalho de mulheres coletoras de materiais recicláveis em duas cooperativas de Maringá-PR, visando detectar se elas enfrentam situação de violência doméstica ou no trabalho; avaliar se elas entendem que o preconceito de gênero e classe é causador de sofrimento psíquico e, ainda, comparar os relatos das depoentes buscando nos discursos representações comuns da violência. Neste sentido, pretende-se que por meio desse trabalho seja levantada uma discussão mais intensiva acerca da relação entre violência de gênero e adoecimento entre mulheres trabalhadoras de cooperativas de materiais recicláveis.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 QUEM SÃO AS MULHERES QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA E QUAIS SUAS PERCEPÇÕES ACERCA DE SEU AMBIENTE DE TRABALHO?

Todas as integrantes desta pesquisa foram voluntárias, isto é, não receberam nenhum pagamento pela participação no estudo. Todas exerciam a função de coletoras de materiais recicláveis em duas cooperativas de Maringá/PR no momento da pesquisa. Inicialmente, para conhecer o perfil das voluntárias, foram realizados questionamentos que permitiram conhecer faixa etária, grau de instrução, raça/cor da pele autodeclarada, cidade de residência e estado civil. Do total da amostra, 35% tinham idade acima de 40 anos; 35% entre 30 e 39 anos; enquanto 30% tinham idades entre 20 e 29 anos. Quanto à cooperativa em que trabalhavam, 65% das entrevistadas se encontravam na Cooper norte enquanto 35% estavam na Cooperpalmeiras. Quanto ao grau de instrução das voluntárias, 71% declararam ter o ensino fundamental incompleto e 23% declararam ter o ensino médio incompleto. Em relação a cor, 59% das voluntárias declararam serem negras, pardas ou morenas, 35% preferiram não responder enquanto 6% se declararam brancas. Referente à cidade de residência, 47% das entrevistadas declararam residir em Maringá, enquanto 47% declararam residir em Paiçandu, cidade vizinha. Sobre o estado civil das mulheres ouvidas, 53% viviam uma união estável; 24% eram casadas; 17% estavam separadas e 6% eram solteiras.

De acordo com os dados coletados, foi confirmado que 88% das mulheres entrevistadas afirmaram que gostam de trabalhar nas cooperativas. O único ponto de insatisfação observado nas narrativas foi devido ao fato de essa modalidade de trabalho não ser enquadrada no regime celetista. Segundo Oliveira, Moraes e Trad (2017), a falta de políticas públicas que incentivem a reciclagem de resíduos corrobora com o aumento do trabalho autônomo e informal, além de ser pouco organizado e atingir, na maioria das vezes, as pessoas em situação de pobreza.

Quando questionadas sobre o ambiente laboral, 70% das mulheres disseram considerá-lo bom, mas, destas, 53% admitem que é possível melhorá-lo ainda mais. Dentre

as possibilidades de melhoria, as mulheres enfatizaram novamente a questão de não haver registro em carteira e, mais especificamente, a falta de transparência e organização da equipe gestora dos serviços; questões de falta de comunicação e relacionamento interpessoal entre os colegas e o fato de que a população da cidade parece não colaborar com a separação do lixo, o que é possível identificar nos seguintes relatos de três das voluntárias:

Acho que tinha de melhorar, as pessoas deveriam colaborar mais, porque jogam lixo orgânico no meio do reciclado (R., 20 anos)

Só precisava melhorar a quantidade de reciclável que é pouco e o povo aprender a reciclar, porque eles joga muita comida junto com o reciclado (M., 21 anos).

Hoje a maior dificuldade é a falta de material. Está faltando. A gente devia estar recebendo no mínimo dez caminhões por dia, estamos recebendo seis (V., 37 anos).

Os pontos elencados são alguns dos que dificultam o cotidiano de trabalho das coletoras, segundo elas. Nesse sentido, o fenômeno pode estar relacionado com o que foi abordado anteriormente sobre a falta de incentivo das políticas públicas relacionadas à atividade de coleta de recicláveis, em consonância com estudos sobre o tema: “os problemas associados à triagem de materiais recicláveis estão relacionados à falta de estrutura, ao contato com o ‘lixo’, à falta de apoio do poder público, à falta de treinamentos, à falta equipamentos de segurança” (SOUZA; FONTES; SALOMÃO, 2014, p. 4185).

3.2 CATADORAS DE RECICLÁVEIS E O PRECONCEITO

As questões número 3 e 4 da entrevista estruturada visaram compreender quais as percepções das participantes acerca das dificuldades de ser mulher e catadora de recicláveis e verificar se estas sentiam-se alvos de preconceito por conta da classe à que pertencem. As perguntas foram, respectivamente: “Qual a maior dificuldade no trabalho de coletora de reciclagem?” e “Você sofre algum tipo de preconceito devido ao seu trabalho?”

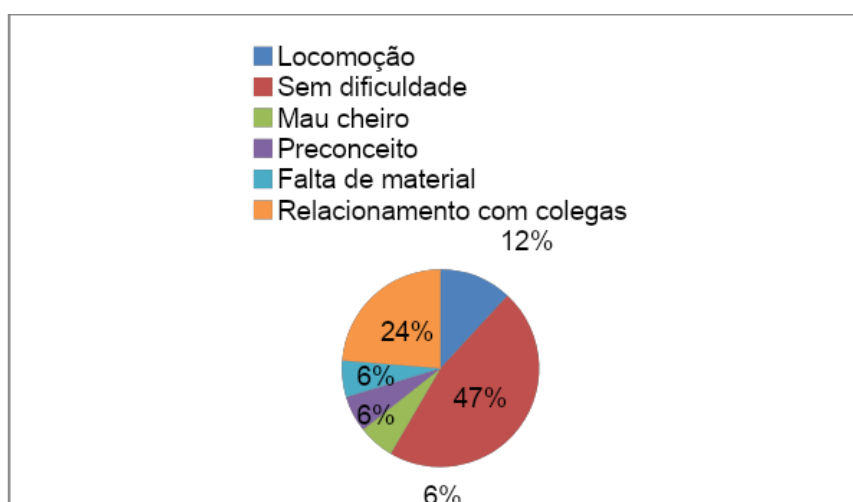


Gráfico 1: Análise dos resultados referente à questão número 3 - Qual a maior dificuldade no trabalho de coletora de reciclagem?

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo o gráfico 1, 45% das mulheres voluntárias, ou seja, a maioria, disse não ter dificuldade com o trabalho de coleta de reciclagem em si. Seguido por 24% das entrevistadas que relataram que o relacionamento com os colegas, ou seja, o relacionamento interpessoal, causa dificuldade no trabalho. Ainda, 12% citaram a

locomoção do local de moradia até a cooperativa como a maior dificuldade. Por fim, mau cheiro, falta de material e preconceito foram citados por 6% das participantes como sendo a maior dificuldade no trabalho de coletora de reciclagem.

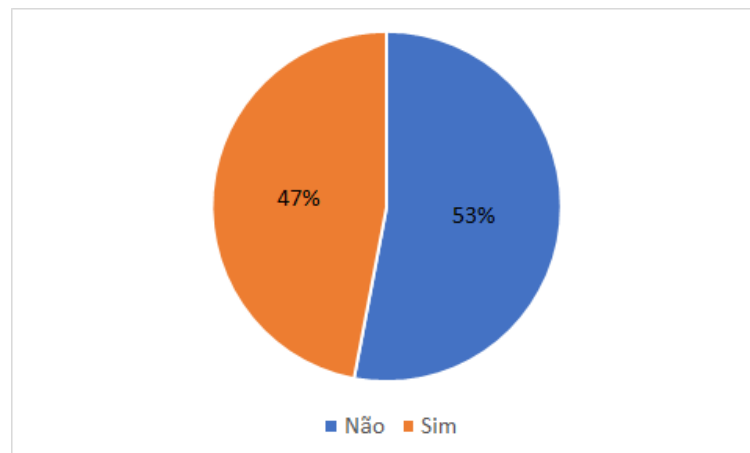


Gráfico 2: Análise dos resultados referente à questão número 4 - Você sofre algum tipo de preconceito devido ao seu trabalho?

Fonte: Dados da pesquisa

Em contrapartida, como mostrado no gráfico 2 em relação à questão 4 da entrevista estruturada, “Você sofre algum tipo de preconceito devido ao seu trabalho?”, 47%, ou seja, aproximadamente metade das voluntárias, relataram sofrer ou já terem sofrido preconceito devido ao trabalho como coletoras de recicláveis, fatos estes que podem ser observados nos seguintes relatos:

As pessoas me perguntam “como você tem coragem de trabalhar num serviço como esse? Não tem outro serviço melhor? Trabalha no lixão” (J., 29 anos).

Eu arrumei um emprego aqui para o meu irmão e ele disse “ah, eu não vou trabalhar naquele lixão, naquela nojeira”. Eu me senti magoada, não respondi nada. Ficou guardado no meu coração. Minha mãe também trabalha na reciclagem, mas ela coleta na rua [...] as pessoas olham para a gente com nojo, desfazendo (L., 49 anos).

As pessoas falam “você tem o segundo ano do ensino médio, poderia estar num serviço melhor, lá é sujo, não é para você” (K., 20 anos).

Perguntaram se eu não tenho vergonha (R., 34 anos).

O discurso das voluntárias evidencia já terem sofrido a violência do preconceito devido à função de catadoras ou coletoras de recicláveis. As declarações feitas por elas confirmam e reforçam o fato de que, apesar da atividade como catadora de recicláveis poder ser considerada uma possibilidade de inclusão social pela oportunidade de trabalho, a exclusão social acontece justamente pela atividade em si, que é vista como insalubre, realizada sob condições muitas vezes arriscadas e sem estabilidade, pois os direitos trabalhistas não são garantidos. Ou seja, todos os fatores corroboram para que a atividade seja percebida culturalmente como marginalizada e desonrosa, fortificando, assim, a visão preconceituosa em relação à atividade de catação (LIMA; TRINDADE, 2018).

Para além de toda a complexidade que envolve a desigualdade e suas consequências no campo dos preconceitos, a atividade exercida pelas catadoras de recicláveis é “estigmatizada, devido, sobretudo, ao envolvimento das mesmas com um material descartado e do qual todos querem se livrar, fazendo com que a figura da catadora seja também associada ao próprio ‘lixo’” (NASCIMENTO, 2016, p. 173).

3.3 DISCRIMINAÇÃO E/OU VIOLÊNCIA POR MOTIVO DE GÊNERO

Quando questionadas sobre se sentiam que sofriam algum tipo de discriminação e/ou violência por parte dos colegas de trabalho pelo fato de serem mulheres, a negativa foi unânime, o que, num primeiro momento, leva ao entendimento de que não há desigualdade de gênero no local pesquisado. Porém, quando perguntado se recentemente havia acontecido algo no trabalho que consideravam ser possível entender como uma forma de violência, 23% responderam afirmativamente, e 24% afirmaram que tal fato as afetou de alguma maneira. Com base nos relatos, foi possível verificar que todas as mulheres que afirmaram terem vivido violência no ambiente de trabalho referiam-se à difamação (fofocas, comentários maldosos) e questões de relacionamento interpessoal, sem que no entanto, associassem estes problemas com o fato de elas serem mulheres, ou seja, não viam tais problemas como uma questão específica de gênero. As consequências da violência para a maioria das entrevistadas foram sentidas no campo emocional, causando-lhes sentimento de tristeza, raiva e auto isolamento, entre outros.

No entanto, no momento em que as questões referentes à violência abrangeram um maior contexto, os resultados foram diferentes. A pergunta 10 da entrevista estruturada teve como objetivo compreender o que as voluntárias consideravam um ato de violência contra a mulher, e os resultados demonstraram que 65% das entrevistadas compreendem especialmente a agressão física como sendo um ato de violência contra a mulher; 47% que indicaram a violência verbal; 18% o feminicídio; 12% o assédio; 12% a violência sexual; 6% a traição e 6% citaram o preconceito contra o feminino. Assim, embora muitas outras formas de agressões não tenham sido mencionadas, evidencia-se que as mulheres detêm uma boa compreensão acerca do que seja um ato de violência contra as mulheres, uma vez que não se limitaram à descrição de abusos físicos, mas também destacaram aspectos mais subjetivos, como a traição e o preconceito.

Devido à sua construção social e histórica, a sociedade brasileira é profundamente patriarcal. Vemos que nela está profundamente enraizado os papéis de gênero, isto é, formas de ser homem e ser mulher. Mesmo que a Constituição Brasileira de 1988 defina a obrigatoriedade da igualdade entre os gêneros, a realidade está ainda distante dessa conquista (BRASIL, 2002).

Neste contexto, é fato que durante anos a função da mulher na sociedade foi ser submissa e garantir a hereditariedade da família e das riquezas - do homem -, o que acarreta no acúmulo de carga simbólica em relação ao que é ser homem e mulher, fazendo, assim, com que exista culturalmente uma conexão entre esses atributos e o sexo biológico, como se fossem inerentes uns ao outro: o popular exemplo de que mulheres são frágeis e submissas, enquanto homens são fortes, agressivos e provedores (exemplo esse que pode ser considerado real sob a perspectiva da interpretação simbólica aprendida culturalmente durante anos pela sociedade brasileira). É neste contexto que ainda hoje esse tipo de pensamento tenta argumentar em relação ao autoritarismo masculino, fazendo com que muitas vezes a violência do homem contra a mulher seja interpretada como algo natural (BRASIL, 2002), o que pode explicar, de certa forma, o não reconhecimento das entrevistadas sobre a violência/discriminação por motivo de gênero em relação à elas mesmas e/ou no ambiente de trabalho, além do fato das declarações não terem abordado muitos outros tipos de violência de gênero para além dos que são mais extremos e os que não são tão divulgados pela mídia.

A questão 9, por sua vez, teve como objetivo identificar se as voluntárias sentiram que algum homem próximo do núcleo familiar as tratava ou já as tinham tratado de maneira discriminatória por serem mulheres. Os resultados foram os seguintes:

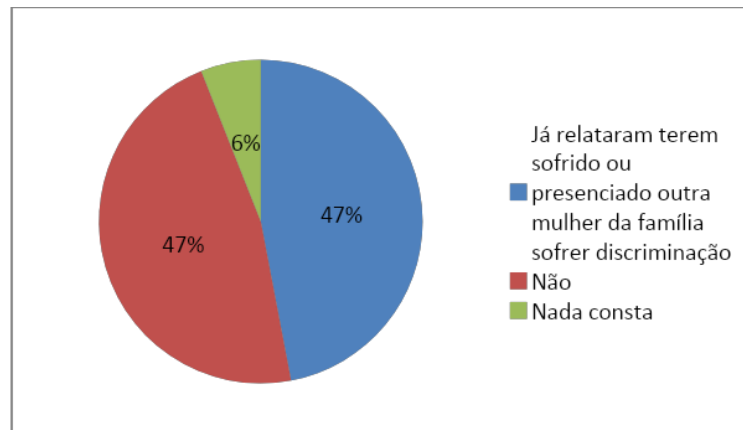


Gráfico 3: Análise dos resultados referente à questão número 9 - Em casa, você sente que seu marido/companheiro/pai/irmão lhe trata de forma discriminatória por ser mulher?

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados analisados, demonstrados pelo gráfico 3, 47% das mulheres relataram não terem sofrido nenhum tipo de violência/discriminação por serem mulheres, porém, 47% das respondentes relataram já terem sofrido ou presenciado outra mulher da família sofrer discriminação. Outros 6% se abstiveram de responder a esta questão. Quando questionadas sobre a “razão” da violência/discriminação, 37% das respondentes relataram que o agressor era usuário de álcool; 25% relacionaram a violência com ciúmes e 25% associaram a violência com a traição do agressor, ou seja, a violência e/ou discriminação ocorreu quando a mulher questionou o agressor em relação à traição, o que pode ser observado nos seguintes relatos:

Ele é machista. Falas coisas, essas conversas de homem. Quando briga diz que mulher é isto, é aquilo. Ele tem vinte anos. Ele é bem nervoso [...] As coisas não dá certo para ele, ele desconta em mim e na avó dele. Xingando, mas nunca agrediu. Ele fala que eu e a avó dele é que temos de tomar remédio (R., 20 anos).

Ele batia. Sou separada, vivi 17 anos com ele, mas não casei no papel não. Daí eu larguei dele, ele bebia muito [...] ele judiava muito de nós, ai eu separei dele e criei meus filhos tudo sozinha. Ele nunca me deu nada pras crianças [...] eu desisti desse homem pra ele da pensão pras crianças. Não adianta. Cuido sozinha dos meus filhos (G., 43 anos).

No final do dia sobra tudo pra mim [sobre os trabalhos domésticos]. O meu filho mais velho fica com o banheiro, mas ele só lava 1x no final de semana, mas nos outros dias quem limpa sou eu. O mais novo lava a louça, eu fico com a roupa e a casa, o meu marido fica com a comida, mas tem dia que ele tá muito cansado e eu vou pro fogão. Quando ninguém quer, acaba sobrando tudo pra mim (R., 39 anos).

Os relatos reafirmam o fato de que, apesar das mulheres não reconhecerem sofrer ou terem sofrido algum tipo de violência por questão de gênero, suas falas mostram o contrário, pois algumas das que responderam “não” para a pergunta 9: : “Em casa, você sente que seu marido/companheiro/pai/irmão lhe trata de forma discriminatória por ser mulher?” [ANEXO 1], ainda assim deram exemplos de situações das quais foram vítimas de violência em relação ao pertencimento de gênero, permeando pelas violências mais visíveis às mais sutis que podem ser presenciadas no cotidiano. Por exemplo, “nem sempre as situações de humilhações, agressões verbais e ameaças [...] são reconhecidas como formas de agressão tão graves quanto aquelas que atingem as mulheres física e sexualmente” (ZANCAN *et al*, 2019, p. 699).

3.4 SAÚDE X VIOLÊNCIA

Sobre como as mulheres se sentiram por conta da violência, 62%, ou seja, a maioria, relatou ter tido impactos psicológicos e/ou emocionais decorrentes do ato e 25% relatou impactos físicos intimamente relacionados com a agressão física.

Apesar de a maioria das voluntárias, especificamente 76%, afirmarem achar que a violência pode causar adoecimento, e tendo como base os dados anteriores demonstrados, principalmente os referentes aos impactos causados pela violência, 76% das respondentes consideraram ter uma boa saúde. Contudo, conforme as respostas permitem perceber, o sentido de “ter boa saúde” não quer dizer, necessariamente, não ter nenhum problema de saúde ou doença, já que 29% apontaram dificuldades psicológicas e emocionais. De todas as entrevistadas, somente 24% relacionaram seus problemas de saúde com o fato de terem sofrido algum tipo de violência ou, até mesmo, ter presenciado atos de violência contra alguma mulher próxima.

Este fato mostra o quanto apesar de haver consciência de que a violência é um elemento tensionador que produz riscos para a saúde, seja quando atinge diretamente a vítima ou alguém próximo dela, é difícil para a mulher identificar de maneira clara o grau de vulnerabilidade a que estão expostas as mulheres vivendo em situação de violência. Tal fato reforça a importância da discussão e disseminação do assunto. Segundo Gomes *et al.* (2014), a marca da violência sobre a saúde da mulher ultrapassa o campo do visível, podendo instalar-se de tal forma que defina a saúde mental da mulher que sofre a violência, causando depressão, isolamento, ansiedade, baixo autoestima, ideação suicida e a fazendo acreditar que a culpa de sofrer a violência é dela mesma. É possível observar alguns desses fatos nas falas das voluntárias:

Eu tava ficando louca [...] eu não dormia, eu não comia, eu tava ficando dessa finurinha [mostrou o dedo mindinho] se você visse [...] Atualmente minha saúde está até boa, porque tenho sossego, sossego pra dormir, pra acordar e vir trabalhar (G., 43 anos).

Eu emagreci muito, não comia, me deu depressão, até hoje tenho de tomar remédio controlado [...] de repente, me dava uma choradeira [...] eu tenho muita dor de cabeça. Fui à psicóloga e ela disse que isso era convulsão e fui ao médico e ele disse que era nervoso. Entortava todos os meus nervos [vira os braços e pulsos na tentativa de representar] (L., 49 anos).

De acordo com Echeverria e Rodrigues (2017, p. 1), “o medo e as apreensões sentidas pelo corpo desencadeiam em doenças orgânicas, podendo ocasionar inclusive a morte”.

4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa evidenciou que apesar da maioria das mulheres não ter identificado de forma mais direta que o ambiente de trabalho é violento para elas em função de serem mulheres, observou-se que elas têm consciência de outros agravos de que são vítimas. Um exemplo, é o preconceito por razão da atividade laboral de catadoras de recicláveis, tida como função desvalorizada. Assim, a questão da violência de classe, embora não seja denominado claramente por elas, aparece nos depoimentos. Ser coletora de reciclagem é um estigma que carregam. Também se constatou que as mulheres embora tenham bom entendimento sobre determinados aspectos da violência de gênero, deixam escapar outras formas de violência, como a estrutural, por exemplo. Esta não chega a ser mencionada nominalmente, conquanto elas ressaltam o fato de que não têm registro e direitos trabalhistas, o que, sem dúvida, deve ser entendido como uma violação

de direitos. Vale ressaltar, contudo, que aí não seria uma violência na perspectiva de gênero, pois também os homens coletores estão expostos ao mesmo desprestígio.

No que diz respeito à interface entre violência e saúde o que foi possível observar é que as mulheres entendem que a violência compromete a saúde, podendo ser causadora de doenças físicas, psicológicas e emocionais, entretanto, houve dificuldade em se reconhecer nesta situação. Ou seja, o adoecimento causado pela violência parece algo que acontece mais com os outros, ou, melhor dizendo, com as outras.

A presente pesquisa constatou a importância de se olhar a violência contra as mulheres numa perspectiva abrangente, isto é, não a circunscrevendo apenas ao âmbito doméstico, mas pensando também no ambiente laboral como um espaço em que elas sofrem muitas violações de direitos. Frente a isso e admitindo que toda forma de violação de direitos compromete a saúde e a qualidade de vida das pessoas, se torna imperativo ampliar os estudos e os debates envolvendo especialmente as mulheres em situação de vulnerabilidade social, a exemplo das coletoras de materiais recicláveis. Como exposto neste trabalho, elas sofrem preconceito por serem mulheres e por ocuparem espaços desvalorizados no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. F. N.; SILVA, M. M. P.; SOUZA, M. A. Os catadores de materiais recicláveis e sua luta pela inclusão e reconhecimento social no período de 1980 a 2013. **Revista Monografias Ambientais – REM OA**, Santa Maria-RS, v. 13, n. 5, p. 3998-4010, dez 2014. DOI 10.5902/22361308115145. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/15145>.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Aug. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARATA, R. B. Relações de gênero e saúde: desigualdade ou discriminação: **Como e por que as desigualdades fazem mal à saúde?**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. (Coleção temas em saúde).

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: A transformação das pessoas em mercadoria. [S.L.]: Zahar, 2008. 200 p.

BOM MEIHY, J. C. S; HOLANDA, F. **História**: como fazer, como pensar. São Paulo: 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para práticas em serviço. **Cadernos de Atenção Básica**, Brasília, n. 8, 2002.

COELHO, A. P. F. L. Mulheres catadoras de materiais recicláveis: condições de vida, trabalho e saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 3, set. 2016. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/issue/view/3049>.

COSTA, C. M.; PATO, C. A trajetória de vida dos catadores de materiais recicláveis: uma infância marcada pela exclusão. **Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, Bahia, n.

1, p. 80-96, out 2010. Disponível em:

<https://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/component/phocadownload/category/32?download=159>

COSTA, W. B.; CHAVES, M. R. Catadores de recicláveis: entre a informalidade e a precarização do trabalho. **Espaço em revista**, v. 15, n. 1, p. 143–155, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/26195/15085>.

DIAS, M. L. F. G.; JUNQUEIRA, L. A. P.; MOURA, L. R. Um olhar sobre a saúde do catador de material reciclável: uma proposta de quadro analítico. **Ambiente & Sociedade: Temas em Destaque**, São Paulo, v. 21, p. 1-20, 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0107r2vu18l1ao>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-753X2018000100404&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

ECHEVERRIA, G. B.; RODRIGUES, D. F. A violência psicológica contra a mulher: reconhecimento e visibilidade. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO., WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 11., 2017. **Anais [...]**. Florianópolis, p. 1-12, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1492913599_ARQUIVO_AviolenciaPsicologicacontraaMulher-reconhecimentoevisibilidade.pdf.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GOMES, N. P.; ERDMANN, A. L.; STULP, K. P.; DINIZ, N. M. F.; CORREIA, C. M.; ANDRADE, S. R. Cuidado às mulheres em situação de violência conjugal: importância do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família. **Psicologia, USP**, v. 25, n. 1, p. 63-69, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/j53JvdHqMh3Q6xB4CxObsQN/?lang=pt>.

LIMA, M. E.; TRINDADE, I. O sentido do trabalho no contexto da atividade do catador de material reciclável: um estudo de caso. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 33-43, 2018. DOI 10.11606/issn.1981-0490.v21i1p33-43. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v21n1/a03v21n1.pdf>.

MINAYO, M.C.S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. *In*: SOUSA, E.R. (org.). **Curso impactos da violência na saúde**, Rio de Janeiro: EAD/ENSP; 2007. p. 24-35. Disponível: http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - MNCR. **Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis**. 21 mar. 2014. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - MNCR. **Quantos Catadores existem em atividade no Brasil?** 10 abr. 2019. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em->

atividade-no-

brasil#:~:text=Os%20catadores%20s%C3%A3o%20respons%C3%A1veis%20pela,da%20Bahia%20%E2%80%93%20GERI%C2%202006.

NASCIMENTO, J. B. Estigmatização e processos de (in)visibilidade social. *In*: BURROS sem rabo: invisibilidade e consumo ostensivo. Curitiba: Appris, 2016. cap. 2.2, p. 157-192.

OLIVEIRA, D. A. M.; MORAES, L. R. S.; TRAD, S. Riscos ocupacionais na coleta de materiais recicláveis: percepção e condicionantes em uma cooperativa familiar. **Estudos de saúde, ambiente e trabalho**: aspectos socioculturais, Salvador: EDUFBA, 2017. p. 175-190. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/sdytq/pdf/lima-9788523218645.pdf>.

PEREIRA, J. C. S.; GODOI, C. K.; COELHO, A. L. A. L. Qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis: um estudo etnográfico. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, n. 14, p. 159-177, maio/ago. 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SILVA, T. M. G. Pode-se ter saúde e qualidade de vida em situação de violência e desrespeito aos direitos humanos? Uma reflexão à luz dos estudos feministas e de gênero. **Revista TEI**. Irati, v. 9, n. 2, p. 129-149, dez. 2018. Disponível em <https://revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/12321/209209210622>.

SOUZA, R. L. R.; FONTES, A. R. M.; SALOMÃO, S. **A triagem de materiais recicláveis e as variabilidades inerentes ao processo**: estudo de caso em uma cooperativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 10, p. 4185-4195, 2014. DOI 10.1590/1413-812320141910.09072014. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2014.v19n10/4185-4195?.pt>.

VARELA, C. A.; SILVA-HEIN, A. Qualidade de vida de catadores de materiais recicláveis de cooperativas em São Paulo: estudo de casos múltiplos. *In*: CONGRESSO ENGEMA, 19., 2017. **Anais [...]**. 2017. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/57.pdf>.

ZANCAN, N.; LAWRENZ, P.; CURIA, B. G.; HABIGZANG, L. F.; LIGORIO, I. S.; FREITAS, C. P. P. Histórico de violência e Transtornos de Estresse Extremo Não-Especificados (DESNOS) em mulheres. **Contextos Clínicos**, USP, v. 12, n. 2, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v12n2/v12n2a15.pdf>.

ANEXO 1

Cooperativa:		
Nome:	Idade:	Estado Civil:
Escolaridade:	Filhos:	Cor declarada:
Nascimento:	Moradia:	
Rua:	Cidade/UF:	

1. Você gosta de trabalhar aqui?
2. O que pensa do seu ambiente de trabalho?

3. Qual a maior dificuldade no trabalho de coletora de reciclagem?
4. Você sofre algum tipo de preconceito devido ao seu trabalho?
5. Nas duas últimas semanas aconteceu alguma coisa no trabalho que você considera que foi uma violência contra você?
6. Isso te afetou? Como?
7. Você sofre alguma discriminação por parte dos seus colegas de trabalho pelo fato de ser mulher?
8. Identifica situações de violência pelo fato de ser mulher por parte de seus colegas de trabalho?
9. Em casa, você sente que seu marido/companheiro/pai/irmão lhe trata de forma discriminatória por ser mulher?
10. O que você considera um ato de violência contra a mulher?
11. Qual a razão da agressão?
12. Como você se sentiu?
13. Qual foi a primeira vez que ele lhe agrediu?
14. Como você definiria a sua saúde?
15. Quais problemas de saúde você tem?
16. Porque você acha que sofre esses problemas de saúde?
17. Você acha que a violência pode causar adoecimento? Como?
18. Você se considera uma pessoa feliz?
19. Você tem apoio do seu marido/companheiro/família quando enfrenta algum problema?
20. Você segue alguma religião?
21. Sente que essa religião ajuda você em momentos de angústia?
22. Que outra coisa, além da religião, lhe dá conforto em momentos de dificuldade?